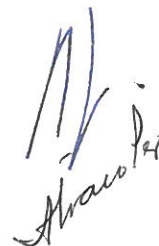


[Handwritten signature]
HauoP4

Acordo de Parceria

entre

**Administração da Região Hidrográfica do Centro, IP e o Município da Marinha
Grande**



Acordo de Parceria

entre

Administração da Região Hidrográfica do Centro, IP e o Município da Marinha Grande

Considerando que:

O Plano de Ordenamento da Orla Costeira, aprovado pela RCM nº.142/2000 de 20 de Outubro, abrange uma área com indiscutível relevância para o desenvolvimento turístico do município da Marinha Grande, sendo essencial garantir a segurança e salubridade das praias, bem como os estacionamento e acessos, e define regras e princípios destinados a salvaguardar e potenciar os recursos naturais, ambientais e paisagísticos deste troço costeiro;

A área naturalizada que envolve a foz do Rio Lis, com especial incidência na Margem Esquerda, regista acentuada degradação e descaracterização, devidas não só às obras de regularização do rio ou utilização desregrada das áreas marginais, como à falta de ordenamento dos espaços;

A necessidade de implementação de medidas de requalificação ambiental, através da criação de espaços naturais de uso sustentado, permitindo resposta às solicitações ou interesses das populações locais, conjuntamente com a revitalização e gestão eficiente dos recursos naturais costeiros, disponibilizando aos cidadãos praias com qualidade e atractividade;

A política nacional de gestão do domínio público marítimo é melhor prosseguida, segundo princípios de eficácia e eficiência económica, através de uma estreita colaboração entre a administração central, que detém as competências legais e as autarquias, que, devido à sua proximidade com os cidadãos, podem tomar decisões atempadas e eficientes no âmbito da sua execução material;

O ecossistema estuarino da Foz do rio Lis e Praia de Vieira de Leiria se revestem de elevado potencial ecológico, que urge preservar e requalificar;

Handwritten signature

As intervenções objecto do presente acordo inserem-se, também, no âmbito das atribuições municipais:

Entre a **Administração da Região Hidrográfica do Centro, IP** (adiante designada por ARH do Centro, IP) e o **Município da Marinha Grande**, é celebrado o presente Acordo que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª

Objecto

1. Constitui objecto do presente Acordo a concretização da cooperação técnica e financeira entre as partes interessadas, com vista à realização de acções de “Reabilitação do Sistema Estuarino do Rio Lis e Praia de Vieira de Leiria”, concelho de Marinha Grande.
2. O presente Plano de Requalificação Ambiental visa, nomeadamente:
 - a) Requalificação e Valorização do Património Natural.
 - b) Ordenamento e Infra-estruturação dos espaços (estacionamento tipificado, ciclovias, parque temático do Pinheiro Manso).
 - c) Requalificação dunar e construção de passadiços.
 - d) Minimização do Risco de Inundações (galgamentos).

Cláusula 2ª

Empreitada

Para efeitos de implementação da empreitada a ARH do Centro, I.P. será a entidade adjudicante, nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 2º., do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Cláusula 3ª

Instrumentos Financeiros

Para a obtenção de financiamento os outorgantes comprometem-se a assegurar e suportar as despesas decorrentes da realização da obra, nos termos da cláusula 5ª., através de verbas inscritas nos seus Planos de Investimento.

Handwritten signature
A. Mendes

Cláusula 4ª

Ocupação do Domínio Público Marítimo (DPM)

1. A ocupação outorgada nos termos do presente Acordo visa também a gestão e exploração da área sita em Domínio Público Marítimo, conforme delimitação constante da planta em anexo, bem como as construções nela implantadas e será concretizada através de emissão de licença de utilização nos termos do Decreto-Lei nº 226-A/2007 de 31 de Maio e respectivos condicionalismos a emitir pela ARH do Centro, I.P. após a conclusão das obras.
2. A utilização do espaço e dos equipamentos é pública e tem por finalidade o desenvolvimento de actividades de índole ambiental e com garantia de cumprimento dos objectivos do POOC.

Cláusula 5ª

Direitos e Obrigações

1. Compete à ARH do Centro, IP, no âmbito do presente Acordo:
 - a) Emitir parecer vinculativo sobre o estudo e projecto a elaborar pela Câmara Municipal de Marinha Grande, com eventual colaboração da ARH do Centro, I.P. conquanto o mesmo preencha e cumpra os pressupostos e requisitos legalmente estabelecidos.
 - b) Assegurar toda a tramitação processual com o Programa Operacional Regional do Centro (MAIS CENTRO), no âmbito do contrato de financiamento referente à candidatura já aprovada.
 - c) Garantir o financiamento de 50% da componente nacional afecta à obra, incluindo revisão de preços, trabalhos a mais e de suprimento de erros ou omissões, através das verbas e dotações inscritas no PIDDAC, com exclusão da verba afecta ao Cap.02.4 – Instalações Eléctricas.
 - d) Promover a abertura de concurso para adjudicação das obras constantes do projecto referido na alínea a) da presente cláusula, bem como assumir as competências de “dono da obra” nomeadamente o seu acompanhamento e fiscalização, no âmbito da Comissão de Acompanhamento definida na Cláusula 6ª.
 - e) Designar o director de fiscalização da obra, nos termos do CCP;

Handwritten signature

- f) Submeter ao Programa Operacional Regional do Centro os documentos de despesa ou outros.
- g) Proceder ao envio dos documentos de despesa (auto de medição de trabalhos) à Câmara Municipal da Marinha Grande, no prazo máximo de 10 dias após a data da sua emissão, com vista ao reembolso correspondente aos compromissos financeiros assumidos nos termos da alínea c) do nº.2 da presente Cláusula.
- h) Assegurar o pagamento das despesas facturadas pelo adjudicatário da empreitada, de acordo com os autos de medição de trabalhos, no prazo previsto no CCP.

2. Compete à Câmara Municipal de Marinha Grande:

- a) Elaborar o Projecto de Reabilitação e Requalificação do Sistema Estuarino do Rio Lis e Praia de Vieira de Leiria”, com colaboração da ARH do Centro, I.P.
- b) Enviar à ARH do Centro, I.P., em suporte de papel e digital, todas as peças do procedimento de formação do contrato público da empreitada: Programa do Procedimento e Caderno de Encargos (alínea b) do artº.40 do CCP) e elementos da solução da obra a realizar (artº.43 do CCP).
- c) Garantir o financiamento da componente nacional, incluindo revisão de preços, trabalhos a mais e de suprimento de erros ou omissões de:
 - c1) Obra da Rede de Infra-estruturas Eléctricas. (Cap.02.4), cujo valor estimado ascende a setenta e três mil, duzentos e dezoito euros e sessenta e um cêntimos (com IVA incluído), de acordo com o preço base do procedimento.
 - c2) 50%, da componente nacional dos restantes trabalhos incluídos na empreitada, cujo valor estimado ascende a noventa e quatro, quinhentos e dois euros e sessenta cêntimos (com IVA incluído), de acordo com o preço base do procedimento.
- d) Assegurar a transferência para a ARH do Centro, I.P. das despesas facturadas pelo adjudicatário da empreitada, em função do respectivo plano de trabalhos, de acordo com as percentagens referidas na alínea c), deste artigo, que inclui o IVA à taxa de 21%, no prazo máximo de 20 dias úteis contados a partir da data da sua recepção.



- e) Assegurar toda a tramitação processual relativa às ligações de abastecimento de água, drenagem de águas residuais aos colectores públicos e ainda à alimentação de energia eléctrica ou outra.
 - f) Garantir a exploração, conservação e vigilância das instalações e espaços objecto da intervenção em apreço, incluindo estruturas de protecção dunar e de acesso ao areal.
 - g) Participar à ARH do Centro, I.P. a ocorrência de situações de desconformidade em relação aos usos e ocupações preconizados no projecto.
3. O montante efectivo da comparticipação financeira de cada uma das partes outorgantes é revisto em função do valor da adjudicação do contrato.

Cláusula 6ª

Comissão de Acompanhamento

A Comissão de Acompanhamento será constituída por um representante da ARH do Centro, IP, que presidirá, e por um representante da C.M. da Marinha Grande. Esta Comissão terá como funções:

- a) Coordenar as acções que integram o desenvolvimento do Acordo, desde a fase de projecto até à conclusão das obras.
- b) Acompanhar, em termos físicos, financeiros e administrativos, a execução das obras.

Cláusula 7ª

Publicidade do Financiamento

A ARH do Centro, IP, na qualidade de dono de obra, obriga-se a colocar no local dos trabalhos, placa que informe das entidades intervenientes, bem como alusão aos financiamentos envolvidos (comunitários e outros), assim como nos respectivos sítios de Internet.

Cláusula 8ª

Revisão do Acordo

O presente Acordo poderá ser revisto se ocorrerem alterações anormais e imprevisíveis das circunstâncias que determinaram os seus termos.

Alto
Assinatura

Cláusula 9ª

Reversão dos bens no termo da licença

1. Em caso de necessidade de desocupação dos terrenos do Domínio Público Marítimo abrangidos pelo presente Acordo, fica desde já convencionado que todas as construções nos mesmos situadas e que tenham sido executadas ao abrigo da presente empreitada, reverterão para a ARH do Centro, IP, sem que haja lugar ao pagamento de qualquer indemnização.
2. A eventual reversão referida no número anterior não afecta a titularidade da parte da obra que se integra na esfera patrimonial municipal.

Cláusula 10ª

Incumprimento do Acordo

O incumprimento por qualquer das partes das obrigações assumidas no âmbito do presente Acordo, além de outras consequências nos termos legais, nomeadamente, em termos de indemnização, poderá justificar a sua resolução.

- a) Constituirá, em especial, motivo de resolução do presente Acordo o incumprimento da alínea d) do n.º 2 da clausula 5.ª e a utilização dos espaços, instalações e equipamentos para fim diverso do estabelecido no presente Acordo, na parte integrada no domínio público marítimo.
- b) A decisão de resolução do Acordo é comunicada à outra parte através de carta registada com aviso de recepção, com antecedência mínima de 60 dias em relação à data pretendida para a resolução.
- c) O incumprimento das cláusulas previstas neste Acordo não exclui o dever de ser dada continuidade à execução da obra.

Cláusula 11ª

Período de Vigência do Acordo

Sem prejuízo de eventual revisão por acordo entre as partes, o período de vigência deste Acordo decorre desde a data da assinatura até 31 de Dezembro de 2011.

Cláusula 12ª

Publicação

O presente Acordo revoga e substitui o assinado em 31 de Maio de 2010 e, vai ser objecto de publicação no Diário da República.

Este acordo de parceria é feito em dois exemplares, ambos com o valor de originais e composto por oito páginas, devidamente assinadas por ambas as partes.


Coimbra, 24 de Agosto de 2010

A Presidente da Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P.



(Prof. Doutora Teresa Fidélis)

O Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande



(Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira)